

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

CASSANDRA COSTA CARDOSO

PSICANÁLISE E FEMINISMOS: Possíveis entrelaçamentos

SÃO LUÍS
2021

CASSANDRA COSTA CARDOSO

PSICANÁLISE E FEMINISMOS: Possíveis entrelaçamentos

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Filho

SÃO LUÍS

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cardoso, Cassandra Costa.

PSICANÁLISE E FEMINISMOS : possíveis entrelaçamentos /
Cassandra Costa Cardoso. - 2021.

47 f.

Orientador(a): Carlos Antonio Cardoso Filho.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2021.

1. Feminismo. 2. Gênero. 3. Psicanálise. I. Cardoso
Filho, Carlos Antonio. II. Título.

CASSANDRA COSTA CARDOSO

PSICANÁLISE E FEMINISMOS: Possíveis entrelaçamentos

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Filho

Aprovação: São Luís, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Filho – UNDB
(Orientador)

Profa. Dra. Julia Maciel Soares – UFMA
(Examinadora)

Profa. Dra. Giovana Duailibe de Abreu Vieth
(Examinadora)

Profa. Dra Rosane de Sousa Miranda – UFMA
(Suplente)

À minha avó, Maria da Glória Veras, que se foi mais cedo do que pude imaginar e deixou lacunas, muita saudade, mas também força e inspiração. Levo-lhe no coração e sigo por nós.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Franciscarlos e Alessandra, pela vida, pelo cuidado às suas respectivas, e bem diferentes, maneiras e pelo apoio constante e incondicional. Ao meu irmão, Gabriel, pela companhia contínua, alegre e bem-humorada, mas acima de tudo sempre fortalecedora. Aasmim, Paulo, Rebeca, Patrícia e Mariana, amigos de todos os dias, quase irmãos, pelas palavras sempre ternas e revigorantes. Obrigada, todas e todos, por terem sido ouvido, boca, mas, principalmente, coração. Aos meus companheiros e companheiras de militância, em especial às que se tornaram também quase irmãs, Anna, Patricia, Lays e Eunice, e à própria militância, que de muitas formas inspiraram não só minha nova vida – onde finalmente me vi mais desejante –, mas também este trabalho. Aos tantos professores do ensino básico que muito me inspiraram e me fizeram seguir, mas aqui destaco tia Salete, Klary Kenya, Márcio Baima, Sonique Mota e Mona Melissa, e aos professores da graduação que foram exemplo, Carlos Antônio, Larissa Lacerda e Márcio Costa, pela radiante inteligência e leveza no lecionar, que despertaram em mim a vontade de ser, eu mesma, futura professora, como também o são meus pais. Aos demais familiares, amigos, àquele grupo de amigos, e aos companheiros que passaram por minha vida, deixaram marca e inspiraram este trabalho de alguma maneira. Obrigada pela força.

O desejo

Esse da carne, a mim não me faz medo.
Assim como me veio, também não me avassala.
Sabes por quê? Lutei com Aquele.
E dele também não fui lacaia.

(Hilda Hilst, 1992)

RESUMO

O presente trabalho pretende descrever e sistematizar concepções freudianas e lacanianas acerca do feminino na psicanálise, assim como as críticas a essas perspectivas e reformulação a partir de autoras feministas. Uma descrição da posição social ocupada pelas mulheres ao longo do tempo é feita e uma disparidade entre mulheres e homens, além de exemplos misóginos de como mulheres se posicionam na ciência e na política é apontada ao longo do primeiro capítulo. O segundo capítulo apresenta uma descrição das duas primeiras ondas do feminismo, ao mesmo tempo em que fala do surgimento da psicanálise, que foi contemporâneo da primeira onda e descreve o impacto e as respostas feministas à teoria na época. A obra de Lacan é exposta e a contrapartida feminista de segunda onda também ao seu discurso é discutida. No terceiro capítulo, autoras como Judith Butler e Luce Irigaray fornecem material para o levantamento da discussão sobre o impacto da diferença de gênero também na psicanálise, atestando a tendência constante de reinvenção da psicanálise. Por fim, a necessidade de uma *feministização* da psicanálise é sugerida como forma de subverter a antiga lógica machista na psicanálise e dar lugar a uma clínica mais humana e mais potencializadora para as mulheres.

Palavras-chave: gênero; feminismo; psicanálise.

ABSTRACT

The present study intends to describe and systematize Freudian and Lacanian conceptions regarding the feminine in psychoanalysis, as well as the critics of those perspectives and reformulations from feminist authors. Throughout the first chapter, a description is made about the social position occupied by women over time, about the disparity between women and men, in addition to misogynistic examples of how women are placed in Science and Politics. The second chapter describes the first two waves of Feminism, whilst also debating the rise of psychoanalysis, which was contemporary to the first wave, and describes the impact and feminist response to theory at that time. Lacan's work is exposed and its second-wave feminist counterpart is discussed. In the third chapter, authors such as Judith Butler and Luce Irigaray provide the material to raise the discussion on the impact of gender differences in psychoanalysis, attesting to the tendency of the constant reinvention of psychoanalysis. Lastly, it is suggested the necessity of a feminization in psychoanalysis as a way to subvert the former sexist logic in the field to make room for a more humane and empowering clinic for women.

Keywords: Gender; Feminism; Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA.....	12
3 OBJETIVOS.....	14
4 MÉTODO.....	15
5 A(S) MULHER(ES).....	16
5.1 NA SOCIEDADE.....	16
5.2 NA CIÊNCIA E NA POLÍTICA.....	20
6 OS FEMINISMOS E O SURGIMENTO DA PSICANÁLISE.....	24
6.1 A PRIMEIRA ONDA.....	24
6.2 A SEGUNDA ONDA.....	29
7 POR UMA FEMINISTIZAÇÃO DA PSICANÁLISE.....	34
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
9 REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

No percorrer do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, nós, graduandos da primeira grade curricular (a antiga grade 10), entramos em contato com a teoria psicanalítica no terceiro período, logo nos primeiros momentos da graduação. Entre as primeiras aulas teóricas e o estágio há um período de latência e, nesse meio tempo, a principal forma de entendimento que temos do que pode ser a clínica psicanalítica fica por conta dos relatos dos professores. Em alguns desses relatos, em se tratando de mulheres, ouvimos falar de casos infantis em que a menina sinaliza uma inveja do pênis do menino; ou em que a mulher mais velha, na clínica, fala nessa mesma inveja de outras formas. Tais relatos, dependendo de como são utilizados como exemplos, podem nos fazer crer que as questões femininas tudo têm a ver com isso. Chegando ao estágio, na oportunidade de atender mulheres pela escuta psicanalítica, nos deparamos com as mais variadas queixas: muitas de gênero, mas também as de classe, as de raça, as de sexualidade. É este o ponto de partida para pensar qual mulher estamos ouvindo na clínica psicanalítica e que escuta podemos ter a partir da observação desses entrelaçamentos.

A partir do histórico traçado a respeito da feminilidade, tanto antes quanto após o advento da psicanálise, algumas questões ficam em aberto. Dentre elas: qual a posição ocupada pelas mulheres na sociedade ocidental atualmente? De que maneira a diferença sexual influencia na construção psíquica das mulheres? As mudanças históricas e sociais do papel da mulher modificaram a estrutura psíquica das mulheres nos últimos anos? A psicanálise desmistifica ou engessa o machismo? É possível uma nova maneira de pensar a feminilidade na teoria psicanalítica, que não aquela da mulher como passiva, castrada, objeto, negativo do homem, faltosa? O presente trabalho utiliza tais perguntas como pontos de partida, mas seu foco e problema são sistematizar as concepções freudianas e lacanianas acerca do feminino na psicanálise e como elas são reformuladas a partir da crítica e da perspectiva de autoras feministas, para caminhar em direção a demandas das próprias mulheres percebidas por nós, tanto na escuta clínica durante o estágio curricular, como na percepção da existência e simbologia do movimento feminista, no sentido de afirmação de uma nova posição social a ser ocupada pelas mulheres.

As desigualdades existentes entre homens e mulheres são cada vez mais percebidas e discutidas nos espaços de convivência, já que a ascensão do feminismo

como movimento social, que busca sanar essas desigualdades, tem se dado de maneira muito rápida. As pesquisas e levantamentos feitos acerca das condições de trabalho, da saúde e da segurança das mulheres evidenciam uma maior preocupação nos últimos tempos em relação à desigualdade de gênero. Leis como a 11.340/2006 (BRASIL, 2006), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que asseguram à mulher maior proteção nos casos de violência doméstica, mostram que hoje, cada vez mais, a mulher precisa ser entendida como um grupo que precisa de atenção e proteção social como uma população particularmente vulnerável à violência. É necessário superar as desigualdades e a psicanálise pode dar suas contribuições para uma melhor compreensão e direcionamento desse fenômeno, já que se pretende uma prática terapêutica para as mulheres que a buscam e porque nasceu, fundamentalmente, da escuta dessas mesmas mulheres reprimidas pela sociedade, recalçadas, em virtude disso, em sua sexualidade, e amputadas socialmente dos mesmos direitos que os homens ao longo dos séculos sempre gozaram.

JUSTIFICATIVA

Através da observação da existência de uma *primazia do falo* ([1923] 2018, p. 239) ao longo da obra de Freud, mas, em contrapartida, também de uma constante *abertura* do autor à atualização da teoria e do interesse da psicanálise pelo feminino (FREUD [1933] 2018, p. 318), vê-se a necessidade de reelaborar a visão que a psicanálise tem da mulher, principalmente aquela que alguns de seus praticantes têm, fator que pode impedir a mulher enquanto paciente na clínica de ir mais além. É pensando que as mulheres sofrem unicamente por causa da ausência de um falo (um falo literal, um pênis, ou seu substituto, um filho) ou da inveja dele, que alguns psicanalistas – desatentos à própria brecha que Freud deixa à constante atualização de sua teoria – podem perder a oportunidade de repensar a mulher não meramente como alguém que, por não ter um pênis, precisa de um filho; mas sim como alguém castrado diariamente na sua experiência social, reflexo de uma amputação histórica muito mais longínqua; em ambos os casos, vivida pela sociedade inconscientemente, de maneira naturalizada. É importante sempre retornar a Freud no sentido de perceber que a base de investigação da psicanálise é a sexualidade, e que ela aí está sempre para ser atualizada, jamais estagnada, na medida em que não só as práticas sociais e sexuais se modificam no tempo e nos espaços, mas igualmente pelos próprios impactos da psicanálise na cultura.

Faz-se necessário que a visão que a psicanálise tem do sofrimento feminino esteja em constante atualização para dar conta de aperfeiçoar a prática de tratamento psicanalítico destas mulheres, que chegam até a clínica psiquicamente afetadas por problemas de gênero, bem como para uma evolução da psicanálise como teoria que se pretende academicamente relevante, versando sobre a realidade do momento em que pesquisa seu objeto de estudo. Uma teoria e uma prática que condigam com a realidade precisam acompanhar a passagem do tempo e as mudanças sociais ocorridas durante esse período. Falar numa mulher vista através da leitura psicanalítica não como mero objeto, passiva e faltosa – mas como algo além – é, então, estar alinhado com as modificações constantes por que a sociedade passa. É nesse sentido que surge a necessidade de investigar os fenômenos que originaram e mantêm a cultura de dominação do homem sobre a mulher, pois ao analisar a história da sociedade ocidental podemos perceber traços misóginos e/ou machistas que influenciaram e ainda influenciam na organização das sociedades.

Se por um lado a teoria surge justamente do interesse de Freud no atendimento de mulheres, por outro ela não escapou de traços bastante arraigados do patriarcado que permeavam a sociedade da época de seu surgimento, não ficando o fundador da teoria de fora desta lógica. Ao longo do tempo, as próprias mulheres buscaram subverter alguns desses desconfortos advindos dos papéis e normas impostos a elas, na forma de movimentação social através dos feminismos. A psicanálise não esteve fora disso. Ainda hoje, a teoria e prática em questão é alvo das críticas feministas, de modo que se faz necessário revisar o impacto machista que a visão psicanalítica da mulher tem em si ao longo do tempo – por exemplo, a ortodoxa crença de que a mulher é pura e simplesmente objeto, que em última consequência apenas deseja, como o homem, possuir um pênis, disseminada sem autocrítica por alguns praticantes da psicanálise. Para mantê-la fiel à proposta inicial de Freud, a de uma teoria e uma prática que não são estáticas no tempo, mas que estão em constante atualização, é necessário seguir pensando, repensando e discutindo a psicanálise incansavelmente.

OBJETIVOS

1 GERAL:

Sistematizar as concepções freudianas e lacanianas acerca do feminino na psicanálise e como são reformuladas a partir da crítica e da perspectiva de autoras feministas.

2 ESPECÍFICOS:

- Apontar algumas questões históricas, sociais e políticas que evidenciam a opressão sofrida pelas mulheres em diversos contextos ao longo do tempo;
- Descrever como a psicanálise vê a mulher ao longo do tempo, dialogando com as duas primeiras ondas do feminismo no século XX;
- Investigar como a teoria e clínica psicanalíticas estão sendo repensadas na contemporaneidade a partir das mudanças do lugar de fala e de ação das mulheres nos últimos anos.

MÉTODO

O presente trabalho de conclusão de curso foi construído a partir de uma revisão bibliográfica que abarca a temática “Psicanálise e Feminismos: possíveis entrelaçamentos”, fundamentado em uma análise qualitativa dos dados encontrados, numa perspectiva cartográfica (Deleuze e Guattari, [1995] 2014).

Percebendo a complexidade deste objeto de estudo, que perpassa diversos espaços e campos do saber e é ainda uma problemática atual, escolheu-se como ferramenta o método qualitativo de pesquisa, aquele no qual “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.”, através da coleta e análise de vários tipos de dados, como afirma Godoy (1995, p. 21). Na perspectiva cartográfica se busca realizar um mapeamento de conceitos, práticas, e das forças que atravessam os textos trabalhados. Não se busca realizar uma leitura sistemática e exaustiva do material escolhido. Ao invés disso, tem-se como foco as zonas de intensidade, pontos de encontro, convergências e divergências que sejam relevantes ao tema e ao problema proposto.

Serão seguidas as etapas abaixo:

- Levantamento e análise de obras completas, capítulos de livros e artigos científicos relacionados à história da misoginia e do machismo ao longo do tempo;
- Levantamento e análise da produção teórica contemporânea, livros e artigos, indicativa da existência de uma nova visão da feminilidade através dos movimentos feministas;
- Levantamento e análise da produção teórica psicanalítica desde Freud, relativa tanto à existência de traços machistas no nascimento da psicanálise, quanto as produções do mesmo e de outros autores como Lacan a respeito da feminilidade;
- Análise comparativa do material investigado;
- Análise do referido material acompanhada de discussão sobre a temática investigada, bem como de leitura de bibliografia auxiliar.

1 A(S) MULHER(ES)

1.1 NA SOCIEDADE

A partir da observação da existente disparidade social entre homens e mulheres no acesso aos diversos serviços públicos – educação, saúde e segurança – bem como ao mercado de trabalho, faz-se necessário discutir a misoginia – esta aversão às mulheres, que pode ser expressa de várias formas, desde a injúria até a violência física – presente há muito na história da humanidade e que coloca mulheres numa posição secundária, coadjuvantes em relação aos homens. A partir da observação em escala individual, por exemplo, na clínica, bem como em escala coletiva, através do surgimento dos chamados movimentos feministas, percebe-se que as consequências psíquicas para essas mulheres no seu encontro cotidiano com os problemas de gênero são as mais diversas.

O termo misoginia é relativamente novo quando comparado à própria existência desse ódio às mulheres. Sua primeira aparição data de 1630, como resposta a um texto de Swetman, onde este atacava e depreciava mulheres; tendo sido inserido anos mais tarde no Oxford English Dictionary, em 1656 (AVIGLIANO, 2010 *apud* MONTERANI e CARVALHO, 2016, p. 168). De acordo com o discutido por Monterani e Carvalho (2016, p. 167), a misoginia é uma invenção – porque não é mero fato histórico, ocorrido arbitrariamente – que acompanha o percurso da humanidade desde os mais remotos tempos, tendo se confundido mesmo com a construção histórica do feminino e a produção da subjetividade da mulher, sendo ainda responsável e retroalimentado pelo machismo. Mas a prática misógina em si é muito mais antiga que o termo designado para a definir.

Pesquisas afirmam que no Paleolítico a divisão do trabalho se dava de forma semelhante à dos primatas; a partir do sexo: “as mulheres permaneciam com o restante do grupo, coletando pequenos alimentos nas redondezas, ao mesmo tempo em que se dedicavam às crianças, idosos e doentes; enquanto que os homens saíam para caçar.” (ADAID, 2016, p. 32). Tal divisão ainda não era determinante para colocar as mulheres em posição inferior, já que naquele momento histórico os homens acreditavam serem elas divindades dotadas do poder de gerar vida – o homem paleolítico não tinha noção de sua participação na procriação, acreditava ser a mulher a única responsável por gerar novos representantes da espécie, tendo mesmo a colocado em uma posição de superioridade em relação a si.

Sabe-se disso, pois inúmeras eram as representações de mulheres e das particularidades do corpo feminino, grávido ou não, nas artes daquela época. Segundo Adaid (2016, p. 32):

Este é o período em que se datam mais objetos que simbolizam o feminino, o que demonstra que os primitivos cultuavam a figura da mulher, possivelmente por sua capacidade de gerar a vida. São inúmeras estatuetas esculpidas em ossos e pedra que simbolizam a mulher. Enquanto que, no mesmo período, quase não se encontram qualquer vestígio de simbolização masculina. Desenhados nas paredes das cavernas, inúmeros desenhos e ranhuras representam vulvas, mulheres grávidas, partos e o aleitamento.

É somente a partir da transição do modo de vida caçador-coletor no Paleolítico para um modo agricultor no Neolítico que o homem passa a perceber a importância do masculino e a não-autossuficiência divina feminina. O mito da procriação autônoma cai e um processo de dessacralização do feminino emerge. Percebe o homem, aí, uma relação existente entre a inserção de um representante masculino da espécie no rebanho para o êxito da procriação – se as representantes femininas eram sempre em mesma quantidade e por vezes improdutivas, no momento em que se acrescentavam os machos ao rebanho, novos animais nasciam e a produção de leite era estimulada:

A domesticação animal começou com as cabras ou mais provavelmente ovelhas, sendo que os primeiros agricultores logo aprenderam que as ovelhas segregadas não produziam cordeiros nem leite. Quando um ou dois carneiros eram introduzidos no rebanho, os resultados eram espetaculares (LINZ, 2013, p. 45 *apud* ADAID, 2016, p. 32).

Constatada a importância do representante masculino na reprodução, a lógica falocêntrica – o falo (pênis), símbolo do poder masculino e sua fecundidade e produtividade – surge e torna-se central na organização social e psíquica: a mulher não mais é divina, é igual ou mesmo inferior ao homem, além de passível de ser dominada, bem como de ser transfigurada em propriedade do homem. Acreditamos não ser por coincidência que este é o período que marca o princípio da lógica de propriedade privada – é nesse momento que o humano deixa de ser nômade para se estabelecer num único local: sua fazenda, que é sua propriedade, como também o é a mulher. Na contrapartida, o homem ascende como figura superior, ao passo que a necessidade de idolatria a um Deus se vê necessária para explicar o não compreendido. Adaid (2016, p. 33) aponta: “a idolatria de uma figura masculina, que

se iniciou no final do primitivismo e se estendeu até os dias hodiernos, é uma clara evidência da influência falocêntrica.”

Tal proveniência histórico-genealógica do falocentrismo não implica que exista uma “origem” da misoginia no Neolítico, mas evidencia os rastros de práticas misóginas até onde as pesquisas podem nos fazer evidenciar. Se o machismo e a misoginia contemporâneas remetem a outras estratégias de poder e a outras formações de saber, muito diferentes da pré-história, por outro lado podemos fazer a reconstrução, a partir das lutas do presente (FOUCAULT, 1979 [1971]), de uma proveniência de tais estratégias de poder e estratos de saber (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]), que remontam, até onde nossa erudição histórico-arqueológica nos permite enxergar, a um momento anterior à escrita onde a representação da mulher, bem como o seu lugar na sociedade, deixou de ser importante, central e mesmo fundamental, para se tornar acessório, derivado e mesmo inferiorizado.

Dados coletados na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram a atual configuração da divisão do trabalho. Atualmente, como constatado na referida coleta de dados, as mulheres permanecem no ambiente doméstico, sendo cuidadoras de crianças e idosos e majoritariamente trabalhadoras do lar:

As mulheres dedicaram quase o dobro de horas do que os homens a atividades domésticas e cuidados de pessoas: enquanto para elas a média de horas semanais ficou em 20,9 horas, eles dedicaram, em média, 10,8 horas por semana.

Tal constatação demonstra a diferenciação existente entre as consideradas “funções femininas” e “funções masculinas”, fator determinante para definir a rotina dessas mulheres, o que reverbera diretamente na sua forma de vida, bem como em sua (in) dependência financeira. É por conta da observância de uma cultura dos afazeres domésticos como função exclusivamente feminina que, de acordo com a última pesquisa indicada nas “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, pode-se perceber a existência de uma dupla jornada de trabalho, com as mulheres trabalhando fora para responder às demandas do sistema capitalista que exige a obtenção de remuneração por sobrevivência; mas também em casa, encarregadas de manter a ordem do lar e o cuidado com a prole. Ainda na pesquisa PNAD (2017):

Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos, aceitam ocupações com carga horária reduzida. A proporção de ocupados trabalhando por tempo parcial (até 30 horas semanais) mostra um percentual mais elevado de mulheres (28,2%), quando comparado com os homens (14,1%). Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de mulheres passa de 36%.

Este é um fator determinante para explicitar a sobrecarga das mulheres – elas dedicam 73% de tempo a mais do que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas. Quando aplicada uma perspectiva interseccional de observação desses dados, os números são ainda mais alarmantes: mulheres nordestinas gastam até 80% de horas a mais do que homens nessas mesmas atividades. Já as mulheres pretas ou pardas são as que mais dedicam tempo a essas funções, com 18,6 horas semanais em média gastas com as preocupações do lar. Além de terem – geralmente sozinhas – a missão de cuidar de pessoas e do lar, têm ainda a necessidade de sobreviver ao sistema capitalista, dedicando, portanto, 30 horas semanais no trabalho fora de casa; não sendo mesmo assim remuneradas de forma justa por isso:

Em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo, em média, cerca de 3/4 do que os homens recebem. Em 2016, enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.306, o das mulheres era de R\$1.764. Considerando-se a rendimento médio por hora trabalhada, ainda assim, as mulheres recebem menos do que os homens (86,7%), o que pode estar relacionado com a segregação ocupacional a que as mulheres podem estar submetidas no mercado de trabalho. O diferencial de rendimentos é maior na categoria ensino superior completo ou mais, na qual o rendimento das mulheres equivalia a 63,4% do que os homens recebiam, em 2016. (PNAD, 2017).

É observando a discrepância nos salários das mulheres em relação aos dos homens que se percebe a desigualdade econômica – e, dentro do sistema capitalista, portanto, de poder – existente entre os dois gêneros: as mulheres ganham apenas 79,5% do que ganham os homens, segundo dados do IBGE (VALOR, 2019). Tal rendimento deve-se tanto ao fato de receberem valores menores por hora de trabalho – R\$ 13,00 por hora contra R\$ 14,20 dos homens –, quanto por trabalharem (não consideradas as atividades do ambiente doméstico) menos horas que os homens – 37,8 horas por semana delas contra 42,7 horas por semana deles. Tais dados revelam as características da dupla jornada de trabalho, que afeta também a saúde física e mental das mulheres.

1.2 NA CIÊNCIA E NA POLÍTICA

No que diz respeito ao percurso histórico-científico no ocidente, o ódio em relação às mulheres é visivelmente presente na obra de diversos autores. Desde a antiguidade, são inúmeras as passagens que demonstram discursos misóginos de filósofos, biólogos, políticos, psicólogos, médicos, físicos, etc. ao longo do tempo, guiados pela reprodução da lógica massacrante de dominação de um gênero sobre outro. Tal fato pode ser observado nos exemplos seguintes, retirados do livro “Mudando o Mundo: A Liderança Feminina no Século 21”, (AJAMIL; CARREIRA; MOREIRA, 2001):

As mulheres evitam o mal não apenas porque é errado, mas porque é feio [...] Nada de dever, nada de compulsão, nada de obrigação! [...] Elas fazem algo apenas por prazer. [...] Não posso acreditar que o belo sexo seja capaz de princípios. (Kant, 1821 *apud* AJAMIL; CARREIR; MOREIRA, 2001, p. 28).

O homem tem sua verdadeira vida essencial no Estado, nas ciências e coisas assim, na batalha e na luta com o mundo. [...] A mulher tem seu verdadeiro lugar substantivo na família [...] Homens e mulheres diferem tanto quanto plantas e animais. Os homens e os animais são correlatos, assim como as mulheres e as plantas. (Hegel, 1821 *apud* AJAMIL; CARREIR; MOREIRA, 2001, p. 28).

A principal distinção nos poderes intelectuais entre os dois sexos é evidenciada pelo fato de o homem adquirir maior eminência do que a mulher, no que quer que empreenda - quer a tarefa exija pensamentos profundos, razão, imaginação, ou até mesmo o simples uso dos sentimentos e das mãos. (Darwin, 1871 *apud* AJAMIL; CARREIR; MOREIRA, 2001, p. 28).

A educação das mulheres para profissões como administração pública, filosofia ou pesquisa científica, em que alguns poucos indivíduos talentosos são requeridos pela sociedade é menos necessária do que a evolução para profissões tais como enfermagem, ensino, medicina ou arquitetura, em que o nível médio é essencial. (Thorndike, 1906 *apud* AJAMIL; CARREIR; MOREIRA, 2001, p. 28).

Desde Aristóteles, no séc. IV a.C., o discurso de uma mulher que não tem alma nem qualidades, mas sim a falta delas – já desde aqui, o falo como significante do positivo e sua ausência, como desfalque –, aparece como justificativa para a não participação feminina no gozo dos direitos que oferecia a democracia ateniense. Essa justificativa de Aristóteles (*apud* MONTERANI e CARVALHO, 2016, p. 169) perpetuava o domínio masculino da política e a reclusão das mulheres no ambiente doméstico, reafirmando que os homens eram superiores em relação a estas:

A fêmea é fêmea em virtude de uma certa falta de qualidades [...] pois a fêmea é, por assim dizer, um macho mutilado e o catamênio (fluido menstrual) é sêmen, só que não puro; pois apenas uma coisa ela não contém, que é o princípio da alma [...].

Naquele momento, as mulheres, “sob a tutela de um homem: pai, marido, irmão, filho ou, até mesmo, um outro membro masculino de sua família” (CUCHET, 2015, p. 283), só eram representadas na democracia por estes homens, que faziam valer sua voz nas decisões políticas. E se, em algum caso, assim não o fossem, não havia outra maneira de serem representadas, pois não eram votantes, nem podiam ser votadas. Ao longo do tempo, a democracia foi remodelada e um longo caminho foi percorrido até que as mulheres conseguissem, finalmente, o gozo pleno de direitos nas sociedades democráticas vindas após Atenas. O sufrágio feminino foi negado por muito tempo no início das eras democráticas ao redor do mundo e as mulheres precisaram travar muita luta para garantir a reversão desse fato.

No Brasil, destacou-se Bertha Lutz, que lutou pelo direito ao voto das mulheres aproximando-se do Parlamento e lá apresentando propostas para tanto. A democracia brasileira passou, em 1932, através do Novo Código Eleitoral Brasileiro, a considerar a mulher como cidadã com direito ao voto. Apesar disso, este direito não era ainda absoluto, já que “o decreto de 1932 não considerou a situação das mulheres casadas, que eram ainda limitadas em seus direitos pelo Código Civil” (MARQUES e MELO, 2008, p. 471). O voto feminino aparece de forma regulamentada pela primeira vez dois anos depois, na Constituição de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas – um homem, entre os vários que já foram presidentes do Brasil. De lá até aqui, há apenas uma mulher eleita presidente na história do país.

A trajetória de Dilma Rousseff na presidência do Brasil traz em si um exemplo explícito de misoginia sofrida – muitos foram os episódios onde Dilma foi injuriada e ridicularizada por sua posição feminina, não só pelos cidadãos brasileiros como, ainda, por outros diversos representantes políticos. Imagens da então presidente em posição vexatória eram usualmente coladas nos tanques de gasolina de carros em referência à alta do combustível durante seu governo; seu corpo como mero objeto, de pernas abertas, a ser invadido pelas fálicas bombas de gasolina. É importante observar como a misoginia, violenta, não fere apenas as mulheres; ferem também a democracia como um todo.

A partir das diversas manifestações contra o governo de Dilma – sempre regadas a enxurradas de comentários de ódio direcionados a ela em relação ao seu gênero –, uma sucessão rápida de associações de problemas econômicos, políticos e morais criaram uma crise institucional que seria teoricamente responsabilidade do governo Rousseff e fez culminar no seu controverso *impeachment*. Como afirma Tiburi (2016):

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam.

Na oportunidade da votação do *impeachment*, o então deputado e atual presidente Jair Bolsonaro homenageou o cel. Brilhante Ustra, uma figura masculina já atualmente identificada como um dos principais torturadores durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985), tendo Bolsonaro, na ocasião, o intitulado como o “terror de Dilma Rousseff” – pois foi esse militar quem torturou Dilma pessoalmente quando fora presa pela ditadura civil-militar, na década de 1970. Além deste episódio, Jair Bolsonaro, ainda quando parlamentar, também se envolveu em mais um momento indecoroso, nacionalmente popularizado: apropriou-se da frase “*Eu não mereço ser estuprada*” numa forma hostil de provocação à também deputada Maria do Rosário, em 2003, durante uma discussão entre os dois num corredor da Câmara dos Deputados. Voltou a repetir a ofensa à deputada onze anos depois. (EXTRA, 2014).

Tal frase foi popularizada pelos movimentos feministas em protestos nos últimos anos e faz referência às justificativas culturais usualmente utilizadas para dizer que uma mulher que tenha sido estuprada *mereceu* a violação por conta das roupas que estivesse vestindo, atitudes que tenha tomado ou local onde estivesse; bem como para abrandar ou retirar a culpa do homem estuprador e delegar à mulher a responsabilidade por ter sido violentada. O fato de o então deputado ter utilizado a frase de forma deturpada, hostil e desrespeitosa como ferramenta de ofensa a uma mulher revela o caráter misógino do Brasil atual, que tenta ridicularizar lutas tão importantes como aquela de desconstrução dos tabus sobre o estupro e segue tratando a violência contra a mulher como banal.

Com efeito, sabe-se que o estupro é uma das mais bárbaras formas de violência contra a mulher, já que constitui uma das mais impactantes formas de

violação da dignidade humana, tendo impacto físico e psicológico, não só no momento em que acontece, mas também por um longo período de tempo após sua execução (SILVA, 2017, p. 185). Não se trata de sexo, de intimidade, sequer de afetividade; é considerado um problema de segurança pública. Apesar disso, tendências nos últimos tempos indicam que o estupro é, na verdade, uma cultura (infelizmente, a nossa), pois: é corriqueiro, executado principalmente por indivíduos do sexo masculino – 94,1% dos casos em 2014, segundo dados do IPEA (*apud* CERQUEIRA, 2017); tendo como vítimas principais indivíduos do sexo feminino – 9 em cada 10 casos, de acordo com dados do Ministério da Saúde (O GLOBO, 2017); configurando a ação, portanto, como uma prática social cotidiana e uma atividade humana. (SOUSA, 2017).

O estupro não consiste, ainda, num mero ato violento que envolva o corpo da mulher, mas uma forma explícita de *relação de poder*, onde o homem ator da violação submete a mulher a uma posição de subjugação, implicando numa determinação de posição social dessa mulher: “compreende a coisificação que extrai do indivíduo a sua condição de humanidade e, portanto, de sujeito de desejos e de direitos sobre o próprio corpo” (BROWNMILLER, 1975 *apud* CERQUEIRA ET AL., 2017). É importante frisar que tal cultura é apoiada pelos significantes *machismo* e *misoginia*, já que a motivação do ato é uma afirmação de autoridade do homem sobre a mulher, retirando dela o direito à escolha e cedendo compulsoriamente ao homem o poder sobre seu corpo; além de ser uma forma de ódio à figura feminina explicitada através de violência física.

A partir da leitura de Rodrigues (2017), é possível constatar a ligação existente entre o ataque à democracia presente na simbologia do *impeachment* de Dilma Roussef, a liberdade abusiva tomada por alguns homens de zombar de um crime tão grave como o estupro e os dados existentes sobre o estupro em si – no Brasil, são cerca de 47 mil ocorrências registradas ao ano (FBSP, 2015, p. 36). Enfatiza-se que a democracia não existe em sua totalidade enquanto, não gozando do seu direito de ser cidadã, a mulher não puder ocupar posições de poder e, não gozando do seu direito à segurança, a mulher continuar sofrendo violência estatal, familiar, religiosa, no trabalho, na rua ou em qualquer outro espaço: “... só haverá democracia (radical) quando e se qualquer corpo – independentemente da sua marcação de gênero, raça, classe, etnia ou religião – não estiver desigualmente exposto à violência estatal.” (RODRIGUES, 2017, p. 31).

2. OS FEMINISMOS E O SURGIMENTO DA PSICANÁLISE

2.1 A PRIMEIRA ONDA

Até aqui, percebemos ser clara a desigualdade existente entre homens e mulheres: historicamente, há uma cultura de exploração de um sexo sobre outro e os efeitos prejudiciais dessa dominação são percebidos e discutidos na medida em que as mulheres se posicionam a esse respeito. O movimento feminista é um bom exemplo de reação das mulheres em relação à observada discrepância de gênero: é um fenômeno que inicia na virada dos séculos XIX e XX, no entre guerras, e que está ainda em voga na atualidade. É importante lembrar que não há um só feminismo porque não há uma só mulher – cada feminismo e cada onda fala das mulheres de um lugar e de um tempo. No presente trabalho, optamos por manter a ênfase nas questões das mulheres cisgênero – aquelas cujo sexo biológico combina com a identidade de gênero.

O caminhar do movimento feminista se deu em três ondas, cada uma delas com as especificidades do momento histórico, econômico e social de seu surgimento. A **primeira onda** de feminismos data do final do século XIX, sendo estes chamados de **feminismos da igualdade**, pois se caracterizavam pela reivindicação feminina por cidadania, voto, trabalho e educação. Nas últimas décadas daquele século – na Inglaterra inicialmente – várias mulheres se organizaram para lutar por seus direitos, principalmente o direito ao voto, promovendo greves de fome e diversas manifestações em Londres, que chegaram a render a prisão de muitas delas. Conseguiram a resposta à sua demanda no início do século seguinte, em 1918 (PINTO, 2010, p. 15). Estas mulheres ficaram conhecidas como as *sufragistas* e fizeram germinar esse espírito de luta para todo o resto da Europa.

No Brasil, além das sufragistas lideradas pela já mencionada Bertha Lutz, um outro movimento feminista da primeira onda deu voz ao sofrimento das mulheres operárias brasileiras, que em meio a muitas mazelas nas fábricas e oficinas denunciavam os homens, seus chefes, na esperança de alcançarem melhores condições de trabalho. Estas mulheres, de ideologia anarquista, se reuniram na chamada “União das Costureiras, Chapeliras e Classes Anexas” e em 1917 lançaram seu manifesto. Este primeiro feminismo perdeu força tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos e na Europa a partir de 1930. Nesse meio tempo, um livro foi

primordial no processo de empoderamento das mulheres: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, lançado em 1949. (PINTO, 2010, p. 16).

Foi no século XIX que os conhecimentos filosóficos, econômicos e sociais passaram a receber as influências do pensamento questionador de Karl Marx acerca da estrutura burguesa sobre a formação da sociedade de classes no sistema capitalista: era preciso pensar as estruturas sociais para pensar o indivíduo. Por outro lado, é também no final do séc. XIX que o neurologista austríaco Sigmund Freud (1856-1939) começa a desenvolver a teoria – e concomitante clínica – psicanalítica. Mas a psicanálise parecia tangenciar a tendência marxista e caminhar na direção de um saber totalmente diferente desta: o saber do inconsciente. De acordo com Lago (2010, p. 4):

A psicanálise não se construiu, no entanto, como uma reflexão crítica sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da família (...) a ruptura epistemológica de Freud se fazia no questionamento da organização do psiquismo, com vistas ao tratamento do sofrimento psíquico.

A afirmação de Lago conversa com Garcia-Roza (1984, p. 22), na medida em que versa sobre como a psicanálise se preocupava em falar de uma subjetividade particular a cada homem:

Diante do saber dos séculos XVII e XVIII, a psicanálise se apresenta como uma teoria e uma prática que pretendem falar do homem enquanto ser singular [...]. Antes do advento da psicanálise, o único lugar institucional onde o discurso individual tinha acolhida eram os confessionários religiosos.

O trabalho de Freud, inicialmente junto ao também austríaco médico fisiologista Josef Breuer, centrava-se na prática clínica destes com algumas mulheres então diagnosticadas com histeria, uma doença sobre a qual inicialmente se depositava a crença de ser exclusivamente feminina – histeria é um termo que deriva da palavra grega *hystéra*, que significa útero – mas posteriormente descoberta como podendo também ser masculina (GARCIA-ROZA, 1984, p. 33). Com uma sintomatologia peculiar, os histéricos tinham sintomas variados, dentre eles a paralisia de membros, emudecimento ou mesmo esquecimento da própria língua materna. Tais sintomas pareciam ter surgido sem motivo, na ausência de traumas físicos ou neurológicos. Mas é Charcot, psiquiatra e neurologista francês, que em sua pesquisa

sobre os indivíduos histéricos descobre que tais traumas tinham relação com a sexualidade dos doentes.

Segundo Garcia-Roza (1984, p. 34), “A grande originalidade de Freud [...] foi tomar isto [a sexualidade] ao pé da letra.” À medida que Freud avançava na investigação de suas pacientes, percebia gradualmente a relevância que tinha o componente sexual em suas neuroses. É importante salientar o fato de Freud e Breuer serem dois homens que atendiam pacientes, em sua maioria mulheres. A psicanálise tem, então, sua gênese numa visão masculina acerca da sexualidade feminina. E não é surpreendente pensar que, no século XIX – quando muito mais que hoje a posição do homem na sociedade era a base a partir da qual se pensava a mulher, entendida como um oposto –, essa visão era atravessada por tendências machistas.

Diversas são as passagens da obra de Sigmund Freud onde se observa uma ignorância – em ambos os sentidos da palavra; o desconhecer e o ignorar – deste em relação às mulheres. Em 1905, em seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* ([1905] 1996), Freud está tentando fazer um mapeamento da sexualidade a respeito de suas formas de se expressar. Grande parte da obra é carregada dos estigmas de sua época, tendo Freud afirmado que o *alvo sexual* (a ação para qual a pulsão [sexual] impele) “normal” seria a união dos genitais (masculino e feminino) no coito. Ao falar de uma das formas de desvios com respeito ao *alvo sexual*, a chamada *supervalorização do objeto sexual*, Freud ([1905] 1996, p. 92) afirma por fim que:

A importância desse fator da supervalorização sexual pode ser estudada em melhores condições no homem, cuja vida amorosa é a única a ter-se tornado acessível à investigação, enquanto a da mulher, em parte por causa da atrofia cultural, em parte por sua discrição e insinceridade convencionais, permanece envolta numa obscuridade ainda impenetrável.

O que se percebe é a realidade de uma época onde as mulheres pouco ou nada falavam sobre sexo publicamente, ou mesmo com os homens mais próximos, por conta de um tabu histórico envolvendo a sexualidade feminina (particularmente no tema da virgindade). Freud chega a falar de uma mulher em quem “[...] a timidez, o recato e a necessidade de ensinamentos e assistência” são características intrínsecas ([1905] 1996, p. 89). Anos mais tarde, quando escreve sobre a organização genital infantil, Freud ([1923] 2018,) conclui que o masculino é o lugar de sujeito, da atividade, da posse do pênis enquanto que o feminino é o lugar de objeto, da passividade, da ausência de um pênis: “há na verdade um masculino, mas nenhum feminino. A

antítese aqui é entre genital masculino ou castrado” (p. 242); e ainda “portanto, não há um primado genital, mas um primado do falo [Phallus]” (p. 239).

É este primado do falo que rende a Freud diversas críticas, desde a época em que escreveu sobre o tema, até os dias presentes. Quando fala numa primazia do falo e nessa posição de objeto passiva da mulher, Freud incomoda os feminismos que estavam em voga naquele momento. Afirma Lago (2012, p. 4):

Suas perguntas [da psicanálise] eram outras e suas concepções se elaboraram dentro destas estruturas do pensamento ocidental patriarcal, em que a categoria “homem” equivale à humanidade, englobando a categoria mulher subsumida neste sujeito genérico homem (no entanto, para esse corpo teórico, não mais o sujeito racional, mas o sujeito do inconsciente, sujeito do desejo). Isto também fez questão para o feminismo.

Em 1924, no *Declínio do Complexo de Édipo*, Sigmund Freud ([1924] 2018, p. 252) afirma, já sobre as críticas recebidas, que a exigência feminista por igualdade entre os sexos não os levaria a avançar muito, já que a diferença morfológica se expressa em distinções no desenvolvimento psíquico. Ele mantém o foco na afirmação de que *a anatomia é o destino* e de que são as diferenças nos corpos que criam as consequências psíquicas. Ele desenvolverá isso mais profundamente um ano depois, em *Algumas Consequências da Distinção Anatômica Entre os Sexos* ([1925] 2018). Mas o próprio Freud havia afirmado um ano antes que as consequências da organização genital infantil após sua interrupção nas meninas parecem ser muito mais um “resultado da educação, **da intimidação do mundo externo**, que ameaçam com a perda do amor” ([1924] 2018 p. 253, grifo nosso). Acreditamos residir aqui tanto o problema quanto a solução para a questão da visão da feminilidade freudiana. A educação e a intimidação do mundo externo moldam aqueles sujeitos que nascem com a anatomia de sexo feminino diferentemente daqueles que nascem com a anatomia do sexo masculino.

Já em *A Feminilidade*, Freud ([1933] 2018, p. 317) faz um adendo em relação à sua afirmação de uma atividade masculina oposta a uma passividade feminina: “A mãe é ativa em relação ao filho em todos os sentidos [...]” e se atualiza, no mesmo ano, já aos 77 anos de idade:

Então, quanto mais os senhores se afastam do estreito campo sexual, mais claro ficará aquele “erro de sobreposição”. As mulheres podem desenvolver grande atividade em diversas direções; os homens não podem conviver com seus iguais se não desenvolverem um alto grau de docilidade passiva. Se

agora [...] vocês decidiram por si próprios fazer coincidir “ativo” com “masculino” e “passivo” com “feminino” [...], eu os desaconselho. Parece-me que isso não tem razão de ser e não traz nada de novo.

Foi com as críticas das feministas de primeira onda que Freud teve de lidar – a versão feminina do Complexo de Édipo, onde Freud afirma a inveja do pênis, fez questão para aquelas mulheres. É bem verdade que as mulheres sempre estiveram socialmente numa posição secundária em relação aos homens e o fato de diversos direitos e gozos a elas terem sido negados pode trazer, sim, uma cobiça. Mas essa cobiça não é simplesmente a de um órgão sexual. A inveja do pênis é o desejo de uma *posição social* que se sabe ser privilegiada, como bem afirma Beauvoir (1970, p. 64): “a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos. [...] A preponderância universal dos machos [...] confirma a ideia da superioridade masculina”. Por sua vez, Freud ([1925] 2018, p. 271) respondeu às críticas afirmando que: “[...] não devemos nos deixar levar pelas objeções de feministas, que querem nos impor uma total igualdade [...] dos sexos”.

Para Arán (2009, p. 657), a época de Freud estava “obcecada em distinguir os papéis sociais do homem e da mulher”, o que fez com que o autor buscasse usar as diferenças anatômicas para afirmar uma complementaridade entre homem e mulher (pênis e vagina) e ainda justificar aquelas mulheres que não se adequavam totalmente à norma social da passividade como mulheres que ainda não haviam desenvolvido a sexualidade “correspondente” aos papéis previstos para o seu gênero (à época, sexo). Mais adiante: “em lugar nenhum ficara tão evidente como uma narrativa declaradamente cultural se forja sob um disfarce anatômico”. Foi estratégico naquele momento, pautado na ideia da diferenciação sexual e encaminhando os entendimentos para uma lógica heterossexual compulsória, dizer, por exemplo, que “não temos de nos surpreender que o menino a mantenha [a mãe] no Complexo de Édipo” (FREUD, [1925] 2018, p. 263), porque esta e outras afirmativas permitem a devida localização de cada sujeito na organização social, de acordo com a configuração familiar e o jogo dos papéis sociais; permite dizer quais espaços cada um poderia ocupar e que função poderia ter na sociedade.

Hoje, com acesso à noção da diferença entre *sexo*, *gênero* e *orientação sexual*, percebemos haver problemas de terminologia que fizeram com que as feministas de primeira onda e Freud se desentendessem ainda mais. Segundo Olinto (1998, p. 162):

Gênero é um conceito das Ciências Sociais surgido nos anos 70, relativo à construção social do sexo (...) O uso do termo gênero expressa todo um sistema de relações que inclui sexo, mas que transcende a diferença biológica. O termo sexo designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos.

Ou seja, a diferença sexual, tão cara à psicanálise, e a busca de igualdade iniciada pelas feministas da primeira onda entravam em choque na medida em que Freud criava uma teoria onde essa diferenciação era primordial para sua construção e feministas iniciavam uma movimentação que pretendia eliminar as diferenças entre os *gêneros* – ainda que falassem em *sexo* naquele momento – na tentativa burguesa de alcançar uma igualdade entre eles e retirar as mulheres da posição secundária em que se encontravam frente aos homens da mesma classe que elas. De acordo com Lima (2020), a própria Simone de Beauvoir reconheceu, anos mais tarde, que sua teoria e militância eram limitadas pelas noções de raça e classe. As aspirações giravam em torno de dar às mulheres oportunidades iguais de trabalho e salário que os homens, mas essas mulheres eram as mulheres brancas, já que as mulheres negras e pobres sempre trabalharam, inclusive desde muito novas. Hoje, os feminismos já não falam em *igualdade* de gênero, mas numa *equiparação de direitos* entre eles, havendo espaço para a observação e discussão das diferenças de classe e raça que permeiam o gênero.

2.2 A SEGUNDA ONDA

Cheio de críticas às velhas lógicas machistas e com muitas teses inovadoras sobre o sexo feminino, o livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, dá o pontapé inicial para que uma segunda onda de feminismos pudesse surgir. A **segunda onda** teve início nos anos 60 e trouxe à tona mais uma vez as “lutas por igualdade de direitos, mas estabeleceu também as teorizações afirmativas das diferenças: os **feminismos das diferenças**.” (LAGO, pág. 4, grifo nosso), quando as reivindicações na busca por direitos passaram a ser cada vez mais elaboradas, através do reconhecimento da identidade e da diferença. No Brasil, esse segundo momento coincidiu com o período da ditadura militar, quando quaisquer reivindicações feministas eram vistas com alarme pelos militares: afirmavam serem estas manifestações políticas ideológicas e as censuravam. (MATOS, 2010, p. 16).

O embate com o governo fez com que o movimento feminista daquele momento se configurasse numa frente de resistência contra a ditadura militar; além de uma luta contra a supremacia dos homens, contra a violência sexual sofrida e pelo direito à sua liberdade sexual. Mais tarde, as mulheres foram primordiais para o processo de redemocratização do país, tendo-se engajado na implementação de reformas nas instituições democráticas – criando Conselhos femininos e Delegacias da mulher, por exemplo – e estiveram ainda, em peso, na organização da Assembleia Constituinte de 1988. Além disso, esforçaram-se no sentido de garantir uma nova configuração do espaço público com o fortalecimento das articulações dos movimentos femininos de negras, lésbicas, rurais, indígenas, etc. (MATOS, 2010, p. 68).

Este feminismo se ocupou de cuidar das mulheres com suas especificidades, diferenciando-as dos homens. A segunda onda foi inovadora por pensar para além da já conhecida (e com discussão em voga naquele momento) dominação de classe: havia a dominação masculina sobre as mulheres e esta precisava ser pensada de forma exclusiva, já que não era possível uma conciliação entre suas representações, pois as duas formas de dominação tinham características diferentes entre si. Era necessário que as feministas se engajassem na direção de reverter a realidade do domínio masculino sobre as mulheres. Não por coincidência, nessa época o movimento começou a discutir mais amplamente sobre o aborto e o controle de natalidade, influenciado pelo surgimento da pílula anticoncepcional nos primeiros anos da década de 1960. (PINTO, 2010, p. 16).

Não obstante, a segunda onda do feminismo foi contemporânea à obra de Jacques Lacan, psicanalista francês renomado por ter sido um dos principais autores da psicanálise depois de Freud. Em seu retorno a Freud, Lacan buscou tratar das relações entre o que chamou de Real, Simbólico e Imaginário, três dimensões de registros psíquicos. Em seu seminário XX – *Mais Ainda* (1972), Lacan tenta propor o desenvolvimento das fórmulas de sexuação para explicar a “não relação sexual” — a relação entre o Simbólico (masculino) e o Outro que não se pode nomear, o feminino. Ao propor uma elaboração sobre o gozo, através da tentativa de conceber o registro do Real, Lacan acaba por desenvolver ali uma tese sobre o feminino. E é certo que as feministas da época discutiram tal tese. (ARÁN, 2003, p. 294).

O que foi um consenso entre alguns setores feministas em relação à obra de Lacan é o que diz respeito ao seu avanço da ideia da mulher como invejosa do falo

para a mulher com um *gozo a mais*. Mas essa teoria se fundou a partir de um caminho teórico que afirma ser a posição sexuada masculina a ordem do significante, do sujeito do inconsciente, do Um e a posição feminina a ordem do Outro, que se expressa como uma ausência ou como um excesso. Para Lacan, o homem se define pela sua sujeição à castração, mas a mulher não responde da mesma forma, diferente disso, não é totalmente marcada pela castração e por isso é “não-todo” inscrita no simbólico e ainda “não há significante do feminino na cultura.” (ARÁN, 2009, p. 56).

Ainda segundo Arán (2009, p. 56), a sociedade de Lacan enfrentava naquele momento a chamada *crise do masculino*, quando o pai perde poder em face do “protesto viril” das mulheres. É importante observar que este conceito diz de uma visão masculina de sociedade, a partir da qual se pensava a mulher: aquela que não é como o homem – não está à frente da política, de empresas, nem mesmo da família; aquela que fica na casa e obedece a uma certa autoridade masculina – e que, se tenta fazer diferente do que lhe foi imposto, está protestando e quer virilizar-se, tornar-se homem; roubar seu lugar. Mesmo em Freud já se falava numa *mulher fálica* que era sinônimo de um perigo iminente de sexualidade excessiva, motivo pelo qual deveria ser domesticada pelo homem no intento de reduzir essa sexualidade e torná-la feminina.

A mulher fálica é a mulher viril. É toda aquela que não concorda com este projeto civilizatório, calcado na razão e dominação dos homens, que vem de antes de Freud e permanece ainda depois de Lacan. Se, para a psicanálise à época de Freud, a mulher *se opõe à civilização* e para a psicanálise à época de Lacan, a mulher *não existe*, as mulheres feministas tiveram um árduo trabalho na tentativa de questionar e propor alterações na visão psicanalítica do feminino no lugar do enigma. Uma das grandes críticas desse modo de concepção de feminino e masculino é Luce Irigaray, filósofa francesa, grande nome do feminismo psicanalítico — que já havia surgido quando se questionou a teoria freudiana, entre a segunda e a terceira onda. Naquele momento, tal vertente feminista havia rachado, criando-se um lado anglo-saxão e um lado francês. (COSSI, 2018, p. 152).

Do lado francês, a discussão girava em torno da linguagem, tema que muito interessava a Lacan, uma vez que organizou sua teoria cruzando a psicanálise com a linguística de Saussure. Irigaray, por sua vez, buscou questionar a máxima lacaniana da mulher *não-toda*, enigmática, pensada a partir do desejo do homem, afirmando que a psicanálise só a pensava dessa forma por conta da admissão do sexo masculino como principal, ou como afirma ela, o *único sexo*. (COSSI, 2018, p. 153). Apesar da

utilização de termos como “outro”, inclusive fazendo referência à obra de Beauvoir no título de sua própria obra, e a presença da comparação entre os sexos, Luce Irigaray afirmou ir na direção contrária daquela (contemporânea da primeira onda do feminismo, que focou nas semelhanças e igualdade entre os sexos) e afirma (IRIGARAY, 2002, p. 6) que não admite a mulher como aquela que deve buscar ser semelhante ao homem para adentrar à categoria de um modelo subjetivo único, mas sim como alguém, ao contrário, diferente daquele:

[...] próxima das promotoras americanas do neo-feminismo, do feminismo da diferença, mais próximo da revolução cultural de maio 68, que do feminismo igualitário de Simone de Beauvoir. Para lembrar a questão em algumas palavras: a exploração da mulher tem lugar na diferença entre os gêneros e ela deve assim se resolver nesta diferença, e não pela abolição desta. (IRIGARAY, 2002, p. 4).

Para Irigaray, essa diferença é a diferença sexual. A filósofa não acreditava numa igualdade dos gêneros, nem tampouco defende uma diferenciação que coloque um sexo em vantagem sobre o outro, mas uma diferença sem hierarquias. Isto acompanhou as tendências feministas daquele momento. A autora afirma que a mulher não deve buscar se igualar ao homem a fim de alcançar algum modelo subjetivo universal desejável, mas que ambos devem coexistir em horizontalidade, contribuindo para o desenvolvimento da espécie e desenvolvendo a cultura humana respeitando as diferenças. Fazendo eco às vozes do feminismo de segunda onda em voga naquele momento, para a autora, as mulheres precisavam buscar se diferenciar em nome de um novo modelo de convivência entre os sexos. (IRIGARAY, 2002, p. 5).

Para a autora, era importante tanto questionar a lógica binária do Um e do Outro, quanto desconstruir a lógica falocêntrica psicanalítica para que surgisse uma *nova economia subjetiva*. É no esboçar de novas formas de subjetivação que se pode abrir espaço para que o feminino, na lógica binária do Um-Outro, possa emergir como uma potência crítica. É a partir desta crítica ao modelo da diferença sexual psicanalítica que Irigaray abre um extenso debate no meio psicanalítico no que diz respeito às questões de gênero. Para ela, a psicanálise traz em seu percurso uma predeterminação “ahistórica” da ordem social no que diz respeito às diferenças de gênero – o homem como aquele o que detém o monopólio das ideias e dos discursos, a mulher, como a de corpo indócil, um subalterno desregrado regido pela natureza.

Nesse sentido, a psicanálise deixava de levar em consideração o que torna a exclusão feminina constitutiva da instituição patriarcal: um histórico de distanciamento da mulher em relação à sua dignidade ontológica, sendo vista apenas como aquilo que o homem diz que ela é. É assim que Irigaray concebe a ideia-título de seu livro: nossa cultura só concebe um sexo, qual seja, o masculino; a mulher é o sexo que não é Um. Para revertê-lo, é necessária uma abertura das mulheres para a relação com o outro, para a relação de dois. É se apropriando de sua subjetividade, definindo as particularidades do sujeito feminino, (2002, p. 6), que a mulher pode vir a se impor como um sujeito que é outro, não o mesmo, Um em si; que é outro numa relação agora não mais de um, mas de *dois* sem, contudo, ser um *segundo*.

3 POR UMA FEMINISTIZAÇÃO DA PSICANÁLISE

Até aqui pudemos perceber que a construção da psicanálise não se deu sem encontrar críticas no seu caminho. Diversos foram os autores que deram sua contribuição na tentativa de tornar a teoria psicanalítica mais completa ou mais complexa a partir dos meandros do tempo e do espaço. Neste trabalho, não é diferente: acreditamos que a psicanálise ainda tem questões a serem revistas e repensadas para que as mulheres sejam cada vez melhor assistidas pela teoria e prática psicanalíticas. Indicamos ser no caminhar de Freud da anatomia diretamente para a consequência psíquica que há um descompasso entre a realidade social, não só de sua época, mas principalmente dos dias atuais, e a subjetividade das mulheres. É nesse ponto que acreditamos, a partir da leitura do próprio Freud, haver uma ruptura da coesão entre teoria e sociedade. Para nós, é preciso traçar um novo caminho para pensar a mulher de uma maneira mais singular, menos presa à noção do homem como parâmetro central a partir do qual é vista.

Isso porque são novos tempos. Tempos em que cada vez mais as mulheres conquistam espaços e direitos, mas que, por outro lado, continuam sendo preteridas em relação aos homens em muitos aspectos. São mulheres que conseguem chegar ao poder político, mas lá têm de lidar com forte resistência dos homens, ainda maioria no meio. Elas conquistam o direito ao voto, mas são impedidas de chegarem até a urna por seus maridos violentos (O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, 2018). Que conseguem adentrar o ensino superior, mas não sabem se conseguirão se formar por tantos obstáculos no caminho ou mesmo pelo risco de não chegarem vivas em casa (JORNAL CORREIO, 2019). Inúmeras são as dificuldades vivenciadas pelas mulheres em seu dia a dia e a psicanálise precisa se aproximar mais disso. Na direção de torná-la mais próxima da realidade social, diversas autoras, como Luce Irigaray e Judith Butler, criticam alguns pontos da teoria e inauguram novas formas de pensar a psicanálise.

Para Judith Butler, filósofa que se preocupou em atentar às questões de gênero e à psicanálise, há duas formas de interpretar o princípio lacaniano da *mascarada* – esse aspecto da posição da mulher, “para quem a ‘falta’ é característica, precisando, portanto, ser mascarada” (BUTLER, [1990] 2019, p. 89) –, quais sejam: 1) “a produção performativa de uma ontologia sexual” e 2) “a negação de um desejo feminino” (BUTLER, [1990] 2019, p. 90). Butler, tendo Irigaray como referência, nos

faz observar que a posição feminina é, então, marcada por uma constante renúncia de seus próprios desejos para entrar no desejo do homem (p. 90). Acreditamos, em concordância com Butler, haver aí mais um problema: o da heterossexualidade normativa, que influenciou a obra dos dois grandes autores da psicanálise, Freud e Lacan, e fez com que a posição feminina fosse descrita sempre referida à masculina, apostando numa heterossexualidade natural que guiaria as mulheres a quererem sempre, em última análise, ser e estar *para* os homens. Acreditamos ser necessária uma nova forma de pensar gênero e feminilidade na psicanálise através da ruptura com o problema da heterossexualidade como norma e através de uma feministização – uma tradução livre do neologismo inglês *feministization*, usado em publicações feministas –, da psicanálise, uma tentativa de torna-la mais feminista.

É importante lembrar a crítica que Butler faz a Lacan, quando este afirmou ser a homossexualidade feminina resultado de uma frustração com a heterossexualidade. Questiona a autora:

Se Lacan presume que a homossexualidade feminina advém de uma heterossexualidade desapontada, como se diz mostrar a observação, não poderia ser igualmente claro para o observador que a heterossexualidade provém de uma homossexualidade desapontada? (BUTLER, [1990] 2019, p. 93).

E acrescentamos: não pode o observador perceber que a heterossexualidade é a norma culturalmente imposta? Que heterossexualidade e homossexualidade não coexistem num mesmo sujeito e que, portanto, toda homossexualidade é uma forma de subversão da norma social? Que, na mesma medida, é somente pela heterossexualidade ser compreendida socialmente como único fim desejável, que sua concorrente, a homossexualidade, passa a ser compreendida como resultado de uma decepção ou frustração? A heterossexualidade compulsória, socialmente imposta, pode impedir que aquele que não sabe de sua existência, ou a renega, veja a homossexualidade – ou mesmo a bissexualidade – como uma possibilidade de orientação sexual em primeiro momento. Tal imposição influencia na forma como, desde pequenos, meninos e meninas são moldados para a vida: um para o outro. Os homens, moldados para buscar mulheres. As mulheres, moldadas para buscar homens.

Nesse sentido, ambos são guiados a se comportar de acordo com os padrões criados culturalmente para cada gênero e atrair seu oposto. A partir desse ponto, é

possível discutir a noção de bissexualidade em Freud que, como afirma Butler, é a crença na “coincidência de dois desejos heterossexuais [um masculino, outro feminino] no interior de um só psiquismo” ([1990] 2019, p. 112), bem como discutir a chamada *predisposição feminina* e sua associação imediata a uma inclinação para objetos sexuais masculinos. Para a autora, a afirmativa de que *a menina, quando recusa a mãe e se direciona ao pai como objeto de amor, está necessariamente abdicando de sua natureza disposicional masculina para se tornar feminina* é problemática, na medida em que esta é a uma afirmação que traz a heterossexualidade como norma em sua base. Portanto, a conceituação de bissexualidade em Freud não é perpassada pela homossexualidade (p. 112).

Admitir que ser mulher consiste em desejar homens e abdicar de desejar outras mulheres é prender-se à norma heterossexual e arriscar a noção de homossexualidade como possível para torná-la mera exceção. Butler ([1990] 2019) percebe ainda que o próprio Freud se embaraça ao tentar falar em predisposições masculinas e femininas, quando não consegue dizer exatamente o que são elas. Como Freud, também não sabemos defini-las. Isso porque acreditamos, como Butler, que o gênero – esse conjunto de características e/ou comportamentos que vão muito além do sexo biológico, de que Freud falava sem saber ainda qual a nomenclatura mais adequada para usar – é uma produção de poder e, que, se levado como apenas duas possibilidades de ser para cada sexo respectivamente, como estruturas engessadas, são também fator de sofrimento psíquico para aqueles que a ele estão submetidos.

Ademais, a diferenciação sexual, dentro da sociedade de que falamos, marca um jogo de poderes que historicamente colocou mulheres em posição subalterna em relação a homens. Como afirmamos (cap. 2) sobre a problemática da obra de Freud ir diretamente da anatomia para a consequência psíquica sem dar o peso que o social tem no meio desse processo, afirmamos agora que pensar gênero sem dar peso ao sistema de poder existente em torno dele nas sociedades capitalistas é abrir espaço para uma falha. Em outras palavras, é importante observar como a diferença sexual marcou a divisão de tarefas em princípio e marca e fomenta hoje a divisão de papéis sociais para um sexo e outro, através da afirmação de dois gêneros com características bem definidas e opostas e, de alguma forma, também complementares. De acordo com Ceccarelli (2010, p. 270):

Nas relações psicossociais ou interpessoais o gênero é um modo de organização de modelos que são transmitidos aos indivíduos, e através dos quais as estruturas sociais e as relações entre os sexos se estabelecem: a divisão de trabalho, as relações de poder entre homens e mulheres, que determinam tanto os processos de subjetivação e de socialização quanto as interações sociais.

Acreditamos que não seja ainda possível fugir de uma primeira socialização masculina ou feminina, já que, quando nascemos, recebemos da sociedade uma marcação de gênero que deveria estar de acordo com nosso sexo de nascimento, o que tenta indicar não só de que forma devemos nos relacionar, mas também quais espaços poderemos explorar. Mas os dois gêneros engessados, socialmente impostos, não servem para todos. Aliás, arrojamos dizer, as normas de gênero não servem a ninguém senão ao sistema capitalista, que é patriarcal. Não parece ser por acaso que tantas e tantos chegam à clínica insatisfeitos com temas que têm a ver com estes padrões. Em maior ou menor medida em cada um, o binarismo de gênero causa sofrimento e, em instância maior, isso tem a ver com o sistema patriarcal e suas duras cobranças em cima dos corpos femininos e masculinos.

Por esse motivo, entendemos que é urgente discutir os velhos paradigmas que circundam sexo, gênero e orientação sexual e seguir sempre acompanhando as tendências culturais que vão moldando gradualmente o entendimento social e também científico desses termos. Perceber o que há por trás das normas sociais a respeito de sexo, gênero e orientação sexual ao longo do tempo é estar atento a que serviu dizer, em cada momento, quais eram as formas desejáveis de ser e se relacionar; tantas vezes essas categorias foram utilizadas para definir papéis aos sujeitos, torná-los peças de um sistema que precisa desses mesmos sujeitos em seus devidos lugares para funcionar. Como afirma Cecarelli (2017, p. 139):

Tais posicionamentos, e este é o grande debate atual, naturalizavam as construções históricas que os sustentavam, o que garantia a sua função ideológica através do discurso hegemônico dominante que dita tanto as sexualidades lícitas e as ilícitas, quanto as relações entre homens e mulheres e seu lugar no tecido social.

Tantas mulheres têm mostrado que recusam ser o que se espera social e culturalmente delas: figuras doces, silenciadas, recatadas, maternais e cuidadoras, que se restringem aos espaços domésticos e os demais que o circundam. Se tantas mulheres já não querem responder a um modo sistematizado, culturalmente fechado de ser mulher, bem como responder a regras sobre seus corpos, não poderá também

a psicanálise presumir dela esses desejos. Nesse sentido, as demandas feministas caminham sempre na direção de almejar tornar os corpos das mulheres livres, como se vê, por exemplo, no avanço da pauta da legalização do aborto, que mais recentemente teve êxito na Argentina, e que segue sendo uma das pautas centrais dos movimentos feministas. Esta é uma demonstração de que o antigo lugar feminino vem sendo questionado, o que aponta para uma pulsação constante na direção de uma subversão da identidade feminina. De acordo com Machado (2013, p. 28):

É inegável o estatuto social do corpo feminino ao longo dos séculos como um corpo público. Desde a propriedade da gestação, que garante a perpetuação da espécie, até mesmo a maneira de se vestir, tudo é alvo da consideração pública. A própria discussão sobre o aborto demonstra o quanto esse corpo entra no discurso político. Ele faz par com o corpo dos negros, dos indígenas e das crianças, a quem se diz o que é permitido, proibido e esperado.

Por conta disso, é importante acompanhar como as mudanças sociais têm abalado o conceito de gênero nas últimas décadas. É nos familiarizando, ainda, com a ideia da transexualidade que percebemos que o dualismo de gênero não serve para a multiplicidade de subjetividades que nós, sociedade, somos. Se por um lado a psicanálise chegou a ver esses sujeitos como psicóticos, por outro reivindicamos a necessidade de um olhar que não patologize as pessoas trans, que não as situe na marginalidade, mas no centro dos debates. Esses corpos transgressores trazem em si a marca da radicalização contra os padrões de gênero impostos enquanto limites do que é possível para cada um e marcam a necessidade revolucionária de reconstruir as noções que se tem de gênero e da sexualidade humana. De acordo com Modesto (2013, p. 60):

[...] A área da sexualidade e gênero, sobretudo, é discursivamente manipulada biopoliticamente, visando atender aos interesses de uma sociedade controladora, heteronormativa compulsória, onde só pode existir o dualismo de gênero, com predominância, ainda, do poder masculino. A transexualidade desconstrói essa ditadura, demonstrando que há uma pluralidade de sexualidades e generidades que não se enquadram em formações bigêneras.

No intento de abalar as antigas estruturas para reconstruí-las, tanto o movimento LGBTQIA+ quanto o movimento feminista são imprescindíveis, já que cada vez mais iniciam discussões no seio da sociedade ocidental contemporânea, a partir das quais questionam os papéis sociais tradicionalmente repassados de

geração a geração, além de por em xeque o que podem ou não fazer e em que espaços podem ou não transitar os corpos pertencentes a esses grupos. Essas intervenções estão não só no cotidiano falado, na medida em que se debatem esses temas no dia a dia, mas também se percebem no meio acadêmico.

A partir do discutido até agora, defendemos a importância não só de trazer as discussões que estão no seio dos movimentos sociais para a teoria e prática psicanalítica, mas principalmente de uma feminização da psicanálise, no sentido de repensar a mulher junto com as demandas das tendências feministas, para melhor atendê-las no ambiente clínico. Isto significa dizer que, para nós, a psicanálise deve caminhar lado a lado e seguir sempre em frente com a tendência mundial de avanço dos movimentos sociais em geral, mas principalmente aqui os dos feminismos, uma vez que é uma teoria e uma prática pensadas para esta sociedade e cultura, e assim absorver destes movimentos o que eles têm a dizer do novo sujeito, objeto de estudo da psicanálise. Afirma Porchat (2013, p. 196):

[...] a teoria utilizada para fundamentar a prática clínica precisa necessariamente fornecer uma resposta acerca de quem se está falando. Trata-se da mulher histérica do século 19, descrita inicialmente por Freud, que manifesta no corpo aquilo que não resolve psicologicamente?

É bem verdade dizer que as mulheres deste século se distanciam em muitos aspectos das mulheres à época Lacan e, principalmente, à época de Freud. Com efeito, não acompanhar tais mudanças é correr o risco de guiar a direção do tratamento no sentido de possíveis interpretações ortodoxas, conservadoras e/ou reducionistas acerca do sofrimento das mulheres, as quais podem acabar tendo o efeito inverso do esperado para a análise e ser, na verdade, nocivas e fator de sofrimento para elas. Exemplificando: ouvir o relato de uma mulher que sofre assédio sexual no trabalho e concluir que seu incômodo com isto é mero resultado de sua relação com seu pai e não uma multiplicidade de fatores, não apenas psíquicos, mas sociais e econômicos, seria uma forma violenta de ouvir mulheres e direcioná-las no tratamento de maneira essencialista e ortodoxa.

Ainda de acordo com Porchat (2013, p. 197):

Ora, se por um lado, por meio de sua visão comum de mundo, o profissional apaga a neutralidade que a visão teórica e científica poderia lhe dar (e, por isso, é preciso se livrar da visão comum), por outro lado, muitas vezes, esse profissional se esconde justamente atrás de sua visão teórica (que pode, por

exemplo, ser conservadora e patologizante), para não querer ver as mudanças sociais e não querer pensar sobre sua concepção de ser humano.

Para além daquilo que se ouve na clínica, está a relação das mulheres com o uso de medicamentos para ansiedade, depressão e outros problemas relacionados ao emocional. De acordo com pesquisas tanto internacionais como nacionais, elas correspondem a cerca de 70% do público consumidor de benzodiazepínicos, alguns dos mais populares ansiolíticos (OLIVEIRA, 2000; RIBEIRO et al, 2007 *apud* ZANELLO, 2010, p. 308), além de fazerem uso de tantos outros medicamentos entre calmantes, sedativos e tranquilizantes. É nítida a diferença entre homens e mulheres em dados tão preocupantes e é necessário percebermos este abismo para melhor lidar com as mulheres, já que tantas delas estão em condição de dependência com essas substâncias, certamente como uma forma de tentar diminuir a dor de existir. Ter uma visão mais atenta ao sofrimento psíquico das mulheres e como esse sofrimento se relaciona com as questões de gênero deve ser um compromisso da psicanálise.

Além disso, como já defendido por nós, desde Freud a psicanálise sempre se colocou aberta a atualizações conceituais e práticas e assim precisa seguir. Como os feminismos, o movimento LGBTQIA+, o movimento negro e tantos outros, a psicanálise deve estar sempre se reinventando, sempre em movimento, já que se propõe uma teoria e prática para os sujeitos desta sociedade e que, por isso, deve estar a par das características do aparelho psíquico, que sempre se atualizam, dos sujeitos de quem fala, para quem fala e a quem ouve na clínica. Caminhar lado a lado com os feminismos é estar em sintonia com as atualizações na sociedade e, portanto, na cultura, atualizações do próprio inconsciente, que não está desassociado desta. Com base em Zanello (2010, p. 315):

É necessário ter, portanto, além da escuta do sofrimento do sujeito, uma escuta social, que leve a pensar em novas alternativas práticas, que operem na força do grupo e na capacidade de resiliência e transformação de vida dessas mulheres. Trata-se assim de uma práxis clínica que é assumidamente também uma prática política.

Remontando à perspectiva da mulher como um Outro diferente em Luce Irigaray, juntamente com Mountian e Gianesi (2020), podemos levantar a seguinte reflexão: *de que forma é possível melhor escutar aquele em lugar de alteridade, entendido como Outro no discurso, levando em consideração não só o contexto social desse sujeito e os efeitos advindos dessa posição na sociedade, mas também as*

causas e efeitos da posição social do analista? Para tanto, é importante sempre revisitar a psicanálise criticamente e torná-la mais ampla e isso pode ser feito com o apoio das discussões trazidas pelos movimentos sociais, aqui em questão os feminismos. É preciso, em primeiro lugar, perceber de que forma os problemas advindos das questões de gênero afetam as mulheres – jamais esquecendo de entrelaçá-los às questões sociais e de raça – para melhor ouvi-las no espaço analítico. Além disso, também não pode ficar em segundo plano a necessidade de constante reflexividade da posição do analista, lembrando a premissa de que a resistência, na análise, vem sempre deste e, partir dele, precisa ser quebrada.

Vale lembrar que os estudos feministas produziram a noção de reflexividade para pesquisa e prática a partir do entendimento da ciência como sendo sempre historicamente situada. Isso significa dizer que evidenciar as condições sociais de grupos minoritários ao longo do tempo, como é o grupo das mulheres, é importante para que seja possível trazer para discussão aspectos que outrora possam ter sido entendidos como naturais ou autoevidentes, a exemplo, o papel social secundário, reduzido aos cuidados da casa e da família, com traços fixos de comportamento e mesmo de aparência a serem seguidos, impostos às mulheres por muito tempo e que segue prejudicando psiquicamente aquelas mulheres que não se sentem confortáveis em responder a essa demanda. A psicanálise pode e deve abraçar essa noção de reflexividade para se tornar cada vez mais coerente e responsável com aqueles que a constroem e, principalmente mais responsável, e mais efetiva com as mulheres e demais grupos minoritários por ela atendidos. (MOUNTIAN E GIANESI, 2020).

Permitir às mulheres uma escuta na clínica que não as resuma a mero objeto, a sujeitos que vivem à sombra dos homens, é permitir uma gama de possibilidades para essas mulheres, permitir, acima de tudo, a emancipação desses sujeitos e esta deve ser a tarefa máxima do psicanalista. Abraçar a reflexão constante sobre o engessamento dos conceitos psicanalíticos, sobre as atualizações sociais e na cultura e as respostas dos indivíduos a essas novas formas de existir é necessário e é a melhor maneira de fazer avançar e progredir a psicanálise. É dessa forma que se dá às mulheres condições para que sejam o que desejarem ser, e assim se encaminham novas possibilidades de fazer psicanálise para ajudar a diminuir, com o tempo, os sofrimentos provenientes das questões de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto e discutido, uma observação e caracterização da posição social feminina ao longo dos tempos foi feita para exemplificar de que formas as mulheres ocidentais sofreram e sofrem hoje com as questões relacionadas ao gênero, com breve menção ainda às diferenças que perpassam classe e raça. Um levantamento de trabalhos científicos, matérias de jornais, leis e outros textos buscou demonstrar de que maneiras essas mulheres foram e ainda são castradas nas suas experiências sociais, mas também que sempre buscaram uma posição de subversão à norma culturalmente imposta, tanto a partir de seus discursos, como de seus corpos; seja através de sintomas, seja através de sua movimentação política. O movimento feminista foi apontado como uma forma de demonstração da constante tentativa de subversão das mulheres em relação à desigualdade de gênero tão constante e visível.

Para tanto, buscou-se demonstrar neste trabalho que as mulheres por um lado foram as primeiras a serem escutadas pela psicanálise, mas também secundarizadas no discurso psicanalítico na medida em que sua sexualidade e sua psiqué foram pensadas não a partir de si próprias, mas sempre em comparação com a psiqué dos homens. Resgataram-se então textos de Freud e Lacan que demonstrassem essas noções, hoje consideradas ultrapassadas e conservadoras, mas também partes da obra Freud que tivessem deixado clara a noção de que a psicanálise nunca esteve pronta ou acabada, mas que coisas novas podem e, aliás, devem surgir para que a psicanálise sempre se atualize, na tentativa de propor que ela se valha da noção de seu próprio precursor para se revisar e se reinventar.

Por fim, autoras e autores da psicanálise e de campos de estudos afins foram citados para demonstrar que as discussões acerca das desigualdades de gênero e da posição social feminina vêm crescendo, e que o surgimento do próprio feminismo como movimento é um símbolo da necessidade de repensar a mulher e, junto com ela, a psicanálise constantemente. A partir do caminho traçado, buscou-se propor que a teoria e prática psicanalíticas caminhem cada vez mais em direção ao entendimento – e que se veja sempre em discussão entre seus estudiosos e praticantes – daquilo que está em voga nas discussões do movimento feminista e por que não uma feminização da psicanálise, pois, acreditamos, é a partir destes entrelaçamentos que se pode alcançar uma escuta clínica mais humana, menos simplista e mais potencializadora para as mulheres, abrindo a possibilidade de irem mais além.

REFERÊNCIAS

ADAID, Felipe. Homofobia e misoginia na pré-história: Genealogia da violência. **Revista Ártemis**, v. 21, n. 1, p. 27-36, 2016.

ARÁN, Márcia. Lacan e o feminino: algumas considerações críticas. **Natureza humana**, v. 5, n. 2, p. 293-327, 2003.

_____. Psicanálise e feminismo. In: **Revista Cult**. n. 133, p. 54-57, mar. 2009. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/psicanalise-e-feminismo/>>. Acesso em: 28 out 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.

BRASIL. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. **Lei N.º11.340/2006**, de 07 de Agosto de 2006. Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência 118º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 17 abr. 2019.

_____. **PNAD Contínua 2017: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-denoticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-ecuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quaseo-dobro-do-tempo.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARREIRA, Denise; MENCHU, Ajamil; MOREIRA, Tereza. (Orgs.). **Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação, 2001.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Rial, C.; Pedro, J.; Arende, S. (Org.) Florianópolis: Ed. Mulheres, 269-285, 2010.

_____. Psicanálise, sexo e gênero. **Estudos de Psicanálise**. Belo Horizonte, n. 48, p. 135-145, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CERQUEIRA, D., COELHO, D., FERREIRA, H. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Brasília, IPEA, 2017.

COSSI, Rafael Kalaf. Para uma representação não patriarcal do feminino. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 152-156, 2018.

CUCHET, Violaine Sebillotte. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero? **Revista Tempo**, v. 1, p. 0020, 2015.

EXTRA. **Jair Bolsonaro repete insulto a deputada Maria do Rosário: 'Só não te estupro porque você não merece'**. Brasil, 9 dez. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html>>. Acesso em 5 out. 2019.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-PublicaFSB_2015.pdf>. Acesso em 17 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1975-1976], p. 3-26.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. Em: **Microfísica do saber**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 [1971], p. 15-38.

FREUD, S. A feminilidade. Em: **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2018 [1933], p. 313-341.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Em: **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2018 [1925], p. 259-271.

_____. O declínio do Complexo de Édipo. Em: **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2018 [1924], p. 247-254.

_____. Organização genital infantil. Em: **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2018 [1923], p. 237-242.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1905].

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Jorge Zahar Editor Ltda, 1984.

O GLOBO. **Um em cada dez estupros registrados pelo SUS é contra meninos ou homens**. Brasil, 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/um-em-cada-dez-estupros-registrados-pelo-sus-contra-meninos-ou-homens-22216959>>. Acesso em: 5 out. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys: estudos feministas** [online], n. 1-2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

JORNAL CORREIO. **Estudante da UFRB morta a tiros tinha medida protetiva contra o ex**. Bahia, 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/estudante-da-ufrb-morta-a-tiros-tinha-medida-protetiva-contra-o-ex/>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

LACAN, J. **O seminário, livro 20: Mais, Ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [1972-73].

LAGO, M. C. S. A psicanálise nas ondas dos feminismos. In: Carmem Rial; Joana Maria Pedro; Sílvia Maria Fávero Arend. (Org.) **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1, p. 287-306.

LIMA, Candice Marques de. Simone de Beauvoir, a filósofa que “reinventou” a mulher e a “colocou” na história. **Jornal Opção**, Goiânia, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/feminismos/simone-de-beauvoir-a-filosofa-que-reinventou-a-mulher-e-a-colocou-na-historia-268706/>>. Acesso em 22 nov. 2021.

MACHADO, Ondina. O corpo e violência na psicanálise. **Revista EntreRios**, v. 1, n. 2, p. 20-28, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Rev. Estud. Fem.** [online], v.16, n.2, p.463-488, 2008.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 56, e195612, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2019

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, n. 24, p. 49-65, 2013.

MONTERANI, Geisa Maria Batista. CARVALHO, Felipe Mio de. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. **Avesso do avesso**, v. 14, n. 14, p. 167-178, 2016.

MOUNTIAN, Ilana. GIANESI, Ana Paula Lacorte. Psicanálise e feminismo: algumas reflexões sobre a mulher enquanto Outro. **Descentrada Revista interdisciplinaria de feminismos y género**. v. 4, n. 2, e124, 2020.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU. **Marido agride mulher e a impede de sair de casa para votar**. Blumenau, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://omunicipioblumenau.com.br/marido-agride-mulher-e-a-impede-de-sair-de-casa-para-votar/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

OLINTO, Maria Teresa Anselmo. Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 1, p. 161-169, 1998.

PORCHAT, Patrícia. Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista FAAC**, UNESP, Bauru, v. 2, n. 2, p. 195-202, out. 2012/mar. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical: pensamento e movimento. **Revista Travessias**. v.2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SILVA, Erick Pereira da; VAGOSTELLO, Lucilena. Intervenção psicológica em vítimas de estupro na cidade de São Paulo. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 183-198, 2017.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do trabalho: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Rev. Estud. Fem.** [online], Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 abr. 2019.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. **Revista Cult** [online]. 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

VALOR. **IBGE: Salário médio das mulheres corresponde a 79,5% ao dos homens**. Rio de Janeiro, 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/08/ibge-salario-medio-das-mulheres-corresponde-a-795-ao-dos-homens.ghtml>>. Acesso em: 5 out. 2019.

ZANELLO, Valeska. **Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica**. IN: Zanello, Valeska et el. (org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares*. Brasília: Exlibris, 2010. p. 307-320.